



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Declaração Política - Guerra
José Decq Mota
2003/02/18

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O Mundo está prestes a envolver-se numa nova Guerra. E poderá perguntar-se se a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um arquipélago disperso no Atlântico, uma das pequenas parcelas territoriais deste pequeno País que é Portugal, uma Região pobre e ultraperiférica desse enorme Continente que é a Europa, poderá perguntar-se se esta Assembleia, apesar de órgão máximo da nossa Autonomia, tem ou não legitimidade para levantar a sua voz contra a previsível inevitabilidade dessa Guerra.

Haverá quem diga logo que não. Haverá quem, irredutivelmente, lembre o carácter unitário do Estado, no qual reside a soberania e, por conseguinte, a competência indelegável para conduzir a política externa de Portugal. Haverá quem defenda intransigentemente que compete aos órgãos de soberania decidir sobre a posição portuguesa nesse provável conflito, sendo até quase ridículo que as Regiões Autónomas tenham e queiram expressar opinião.

Outros, mais cautelosos, defenderão uma posição mais moderada, a tese de que devemos ter voz, mas uma voz de gabinete, uma opinião institucionalmente contida, espécie de acto preparatório privado da decisão final a tomar pelo Estado.

Nós preferimos defender a nossa plena legitimidade para expressar o nosso desacordo, o nosso mais veemente protesto contra uma Guerra que os Estados

Unidos da América pretendem a todo o custo despoletar. Nas nossas casas com a nossa família, nas casas de amigos, na rua com outros desconhecidos que assim pensam, mas igualmente aqui, nesta Assembleia que representa os açorianos, muitos deles contra esta Guerra, nos moldes e com os contornos que se está a gerar. E não falo apenas pela bancada do PCP. Em todas as bancadas desta Casa há representantes de pessoas que estão frontalmente contra esta Guerra. Seria por isso no mínimo incompreensível que os representantes ficassem em silêncio, quando os representados levantam bem alto a sua voz.

Mas tem prevalecido a posição dos que entendem não devermos ser vistos nem achados em decisões que enformam uma das componentes da soberania: a da nossa representação externa, face a outros Estados. Nós preferimos defender não apenas a nossa plena liberdade de expressão, mas igualmente a necessidade de os órgãos próprios desta Região serem ouvidos, antes do Estado Português tomar posição internacional que envolva a Região Autónoma. Sempre assim deveria ser, por simples respeito por Regiões que gozam do Estatuto Constitucional de Autonomia. Mas muito mais assim deverá ser quando a Região Autónoma dos Açores acolhe uma base militar americana, muito mais assim deverá ser quando a posição estratégica das nossas ilhas contribui tão decisiva e historicamente para o prestígio internacional do Estado Português, nomeadamente junto dos Estados Unidos da América. Não queremos apenas ser informados das decisões tomadas pelo Estado na iminência de uma Guerra. Queremos participar activamente na formação das decisões do Estado, porque parte integrante desse Estado, logo afectados directamente por qualquer Guerra em que Portugal se envolva. Não pretendemos negar a existência de qualquer Tratado, muito menos defender que o Tratado Internacional celebrado entre Portugal e os E.U.A. para a utilização da Base das Lajes não seja honrado e cumprido. Queremos apenas ser consultados e expressar a nossa opinião quando a execução desse Tratado implicar actos de guerra, que nos trazem risco, incómodos e poluições sonoras e ambientais.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O Mundo está prestes a envolver-se numa Guerra. E nós não podemos nem devemos deixar de dizer que não compreendemos nem aceitamos uma Guerra assim. Uma Guerra declarada unilateralmente, sem o apoio consensualizado da Organização das Nações Unidas, sem uma decisão tomada no seu seio e envolvendo a concordância da maioria dos seus membros. Uma Guerra que, pelo contrário, conta com a oposição de potências como a China, a Alemanha, a França e a Rússia, entre tantos outros Países. Uma Guerra contra a qual está a própria Igreja Católica, sendo que o Papa enviou para Bagdad um Cardeal, expressando claramente a sua preferência pela diplomacia e por todas as tentativas que visem evitar actos bélicos. Uma Guerra que longe de atenuar, vai acirrar ainda mais ódios, mais fanatismos, mais atentados que deixarão em insegurança e medo permanente todo o Mundo. Se há homens que se levantam uma manhã sabendo que vão morrer nessa manhã, querendo morrer nessa manhã por causas em que acreditam, não podemos sequer sonhar que um dia esses homens não decidirão morrer no meio de nós, aqui ou noutro lado qualquer deste Planeta. Matando mais inocentes, como inocentes irão morrer nesta Guerra.

Condenáveis são os horrendos actos ditatoriais de Sadham Hussein. Intolerável é sequer a simples ideia de que o Iraque se arme sem qualquer controlo com armas químicas, nucleares ou biológicas. Incompreensíveis e imperdoáveis são todos os atentados, seja qual for a sua origem, que espalham o terror e matam inocentes. Mas que os actos de prevenção, de desarmamento, controlo apertado ou até neutralização de focos de perigo para o Mundo, sejam decididos pelo Mundo, não unilateralmente por qualquer País. Sejam decididos no quadro das Nações Unidas, no absoluto respeito pelas suas Resoluções e com os meios que aquela Organização determine. Só assim se respeitará o Direito Internacional, nas suas regras mais básicas. Só assim se evitará que a grande potência que é os E.U.A. desenvolva tendências hegemónicas

e crie um precedente que sempre poderia utilizar quando unilateralmente decidisse que este ou aquele País constituiria um perigo. Só assim poderemos evitar que outras grandes potências se venham a envolver, numa escalada que ninguém no Mundo poderia travar.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Quando George W. Bush, no fatídico dia 11 de Setembro de 2001, anunciou que queria Bin Laden “morto ou vivo, segundo a lei do velho Oeste”, alguns de nós desconfiaram do que queria realmente. Quando George W. Bush, no dia seguinte ao 11 de Setembro, disse que iria dar caça aos apoiantes de Bin Laden “estivessem onde estivessem”, muitos mais de nós desconfiaram sobre o que queria de facto. Quando George W. Bush decide invadir o Iraque, sustentado apenas na sua vontade e em interesses predominantemente económicos, a maioria de nós já sabe o que o Presidente dos E.U.A. quer. Nunca esperámos foi que nos cobrassem agora pelo Plano Marshall. Nunca esperámos foi que anunciassem que quem não está com eles está contra eles. O que nunca esperámos foi que o Direito Internacional pudesse ser violado com tanta leviandade com o argumento de que a intenção final é proteger os direitos humanos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Há uma última razão para entendermos que é plena a nossa legitimidade para, nesta Casa, expressarmos a nossa revolta por esta Guerra. Nas guerras desumanizadas dos nossos dias, desumanizadas na sua génese e desenvolvimentos, desumanizadas nos processos, em que quem mata a maior parte das vezes nem sabe quem está a matar, esquecemos que morrem Homens, Mulheres, Velhos e Crianças. Nem que fosse apenas por isso, é plena a nossa legitimidade para a condenar, como será plena a legitimidade da mais pequena Assembleia de Freguesia do Planeta.

Os inocentes que irão morrer no Iraque merecem-nos o mesmo respeito que os inocentes que morreram nas Torres Gémeas. Por isso, desta Tribuna, condenamos esta Guerra, que parece inevitável. Fazemo-lo em homenagem à Paz em que vivemos nestas ilhas, cientes de que só a poderemos preservar condenando a Guerra.

Haverá quem prefira solidarizar-se com os que vão matar. Nós preferimos dar a nossa solidariedade aos que vão morrer, sejam de que nacionalidade forem, porque Homens como nós. Mas, antes de tudo, queremos dar a nossa solidariedade a todos os que querem evitar a todo o custo que alguém morra.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

A nossa opção e posição política é absolutamente clara.

A chamada “guerra preventiva” contra o Iraque não constitui solução para nenhum dos problemas que são invocados para a sua justificação.

A chamada “guerra preventiva” contra o Iraque seria apenas um passo mais, mas gravíssimo, na escalada de domínio hegemónico que a actual administração americana está a desenvolver.

É por isso que estamos claramente com todos os que nas ruas de todo o Mundo, nos gabinetes diplomáticos, nos fóruns internacionais mais diversos, estão a desenvolver esforços para que o direito internacional seja respeitado e para que a Paz seja, apesar das dificuldades garantida.